

Programa Politico

Esquerda Livre

UNIDOS

PELA **MUDANÇA** PARA **AGITAR**

CASTELO BRANCO!



Autárquicas 2025

geral@esquerdalivre.pt

Índice

1. Economia e Emprego	6
1.1 Cooperativismo como motor do desenvolvimento	6
1.2 Aposta na valorização dos recursos locais e sectores estratégicos	7
1.2.1 Agroflorestal	7
1.2.2 Construção e Manutenção de Infraestruturas	9
1.2.3 Turismo	10
1.2.4 Tecnologias de Informação	11
1.2.5 Comércio	12
1.3 Instrumentos para dinamizar a economia local	13
1.4 Atração de Investimento Estratégico	14
1.5 Emprego garantido, com mais direitos e qualidade de vida	14
2. Saúde & Bem-Estar	15
2.1 Observatório Local de Saúde e Equidade (OLSE)	16
2.2 Emergência Pré-Hospitalar e Urgência Médica	16
2.3 Raízes da Saúde	17
2.4 Provedor da Inclusão e Direitos	17
2.5 Promoção da Saúde Comunitária	18
2.6 Desporto para Todos	18
3. Habitação	19
3.1 Mobilização do património municipal para conversão em Habitação Pública de arrendamento acessível	20
3.2 Apoio à criação de Cooperativas de Habitação	21
3.3 IMI, incentivos & agravamentos	23
3.4 Casas Modulares & Bioconstrução	24

4. Democracia & Transparência	24
4.1 Melhorar as Assembleias Municipais e de Freguesia	25
4.2 Inovação Democrática	25
4.3 Democratizar o Espaço Público	27
4.4 Democratizar a escolha do Presidente da Câmara através de Votação por Preferência Ordenada	28
5. Ecologia & Sustentabilidade	29
5.1 Criação de uma Comunidade de Energia Renovável (CER) Municipal	29
5.2 Liderança em Compostagem Orgânica	31
5.3 Reflorestação da Serra da Gardunha	32
5.4 Implementação de Ações de Combate às Alterações Climáticas	33
5.5 Prevenção e Combate à Proliferação de incêndios Rurais	33
5.6 Agroecologia: Uma Visão Estratégica para o Futuro!	35
5.7 Valorização das Raças Autóctones e Variedades Tradicionais	37
5.8 Desincentivo ao Consumo de Fast Fashion	39
5.9 Criação da rota dos Moinhos do Rio Ocreza	39
5.10 Revisão do POASAP	40
5.11 Iniciativa Anual do Dia Mundial da Bolota	40
5.12 Aumento Descentralizado de Painéis Solares e Baterias	41
5.13 Combate à Mineração do “Capitalismo Verde”	41
5.14 Reaproveitamento de Águas Pluviais	42
5.15 Promoção do solo 100% coberto	42
5.16 Controlo de PDM (ár6.1 eas RAN e REN)	42
6. Educação & Cultura	43
6.1 Educação para a Democracia Participativa e Igualdade	43
6.1.1 Clubes de Cidadania e Igualdade	43
6.1.2 Orçamento Participativo Jovem com Verbas Reais	43
6.1.3 Integração na Estratégia Educativa Municipal	44
6.1.4 Autoproteção é Poder Popular	44

6.2 Plano Escola com felicidade e bem-estar	45
6.3 Língua Portuguesa para Estrangeiros	45
6.4 Alimentação de qualidade nas escolas	46
6.5 Hub Municipal de Reparação e Inovação	46
6.5 Educação para Estilos de Vida Saudáveis com Cultura Local	47
6.6 Mais e Melhor oferta cultural	48
6.6.1 Gestão Descentralizada e Valorização de Equipamentos Culturais	48
6.6.2 Dar condições aos trabalhadores dos espaços culturais	49
6.7 A Cultura És Tu — Cultura Participativa e Descentralizada	50
6.8 Cinema ao ar livre	51
6.9 Dedicção da Rua Santa Maria à Cultura (e alojamento jovem acessível)	51
6.10 Passe Cultural Anual	52
6.11 Apoio a artistas locais	52
6.12 Requalificação do Centro Artístico Albicastrense	53
6.13 Liderar a criação e promoção de Agenda Cultural Popular da Beira Baixa	54
6.14 Festival das Comunidades	55
6.15 Locomotiva a vapor na Linha da Beira Baixa	55
7. Infraestruturas & Obras Públicas	56
7.1 Reabilitação do Bairro do Barrocal	56
7.2 Parque do Vale da Europa - Qtª do Jardim	56
7.3 Requalificação e manutenção urgente dos Parques Infantis do Município	57
7.4 Conclusão da Variante Sul (Sapateira – Feiteira)	57
7.5 Antigo Colégio de S. Fiel - Louriçal do Campo	57
7.6 Construção de uma Pousada no edifício da Colónia de Meia Altitude no Louriçal do Campo	57
7.7 Colónia de Férias Areia Branca - Lourinhã	58
7.8 Ligação Rodoviária Internacional para Herrera de Alcântara	58
7.9 Mais e Melhores Praias Fluviais	58

1. Economia e Emprego

Defendemos uma economia de desenvolvimento local ao serviço das pessoas e não do lucro alheio que não será reinvestido localmente. Defendemos uma política industrial cooperativista, que mobiliza os recursos endógenos da Beira Baixa e cria emprego digno, estável e sustentável. Defendemos um desenvolvimento orientado para a transição ecológica, a soberania alimentar e energética, e a valorização da economia circular.

1.1 Cooperativismo como motor do desenvolvimento

Apostar no cooperativismo em Castelo Branco não é apenas uma política económica; é uma estratégia de desenvolvimento territorial integrado. É uma forma estratégica de utilizar os recursos do município para potenciar a prosperidade da sua comunidade, criando uma economia mais justa, resiliente, sustentável e com raízes profundas no território, que beneficia diretamente os seus habitantes. É um investimento no futuro da região, feito pelas mãos das suas próprias pessoas, sem esperar que o Estado-central ou investidores externos predatórios os venham “salvar”.

- Defendemos a criação de uma **Federação Cooperativa Multissetorial / Integral Cidadã**, apoiada pela Câmara Municipal, que funcione como conglomerado económico democrático, gerido pelos trabalhadores e com participação direta de cidadãos, clientes, fornecedores e instituições locais nas principais decisões. Esta federação atuará em diversos setores, apoiada pelo município através de:
 - Apoio na organização inicial de potenciais membros interessados em oportunidades económicas cooperativas, e fornecimento das ferramentas necessárias à sua constituição;
 - Suporte técnico em candidaturas a fundos europeus;
 - Cedência de espaços para Cowork Cooperativo;
 - Co-investimento municipal;

-
- Rede de contactos e marketing partilhado (ex: selo “Made in Castelo Branco”)
 - Programas de formação em gestão cooperativa
 - Referências internacionais como a **Mondragón Corporation** (País Basco, empregando mais de 70.000 pessoas) e a região **Emilia-Romagna** (Itália, região de baixo desemprego onde cooperativas representam $\frac{1}{3}$ do PIB regional), onde o sector cooperativo é um pilar de resiliência e prosperidade.
 - Descubra mais sobre as enormes [vantagens da aposta no Cooperativismo aqui](#)

1.2 Aposta na valorização dos recursos locais & sectores estratégicos

Pretendemos apostar em fileiras produtivas ligadas a recursos autóctones e com potencial de valorização na região para a transição ecológica, soberania, desenvolvimento e diferenciação económica. Para a sua exploração defendemos o reforço da ligação da Câmara Municipal com a Escola Agrária, ESART e empresas locais, transformando conhecimento em inovação económica.

1.2.1 Agroflorestal

- **Azinheira**, a árvore mais rústica da nossa região e de alto valor ecológico
 - Lenha de maior qualidade no que respeita ao índice térmico;
 - Bolota de maior qualidade para consumo humano e com imenso potencial para transformação alimentar, vista como um “superalimento” em redescoberta. Aplicações incluem farinha de bolota (substitui farinhas com glúten importadas), Infusão de bolota (substitui café e chicória), óleo de Bolota (produto *gourmet* para gastronomia *premium*), snacks e aperitivos torrados (à semelhança dos frutos secos), cerveja de bolota, etc
 - Pretendemos apoiar a criação de Unidade de Transformação da Bolota - Cooperativa de Interesse Municipal, assim como iniciativas de plantação.

- **Sobreiro**, uma economia cujas mais valias estão capturadas por intermediários e grande capital transformador, cuja ecologia - devido às alterações climáticas - é cada vez mais apropriada na Beira Baixa em detrimento do Alentejo.
 - Apoiar a plantação de sobreiros assim como a produção de cortiça com técnicas inovadoras para a sua transformação para aplicações em isolamentos térmicos, design têxtil, etc.
- **Esteva**, uma planta abundante e cuja proliferação deve ser gerida. A sua manutenção permite um aproveitamento económico muitas vezes esquecido:
 - Indústria alimentar - Mel;
 - Indústria de cosmética, perfumaria, saboaria;
 - Indústria de biomassa para energia;
 - Pretendemos apoiar a criação de Unidade de Transformação e laboratório cooperativo de interesse municipal para exploração da Esteva.
- **Pastorícia**, uma atividade tão Beirã e deixada ao abandono, refletindo o mesmo no aumento da proliferação de incêndios.
 - Apoiar a instalação de uma nova geração de pastores, espalhados pelas diferentes freguesias, promovendo a sua atividade natural de sapadores agroflorestais;
 - Apoiar as fileiras de carne biológica de cabrito e borrego;
 - Apoiar as fileiras da transformação - queijo, lã, e outras aplicações.
- **Biomassa**, potenciar uma economia que valoriza restos de podas, cortes de matos, desbaste de pinhal não gerido e demasiado denso da região, triturando-o, fabricando substratos e outros subprodutos que podem ser utilizados como fertilizantes naturais para regenerar os solos da região.
 - Instalar equipas de 5 sapadores florestais por cada freguesia, um jipe e equipamento necessário para levar a cabo limpeza florestal e alimentar unidades de transformação de biomassa.
 - Apoiar a aquisição de maquinaria agroflorestal de utilização cooperativa para as diferentes Juntas de Freguesia.

-
- Apoiar a instalação de pequenas unidades industriais nas freguesias rurais para a trituração de biomassa e transformação em compostos. Para esta estratégia pretendemos envolver a Escola Agrária na investigação de outras aplicações industriais para a biomassa recolhida (ex: utilização de fibras para substituição de outras importadas como a de côco)
 - **Azeitona**, valorizar a produção com foco na qualidade e sustentabilidade de forma a elevar o seu valor acrescentado. Precisamos de reativar lagares, incentivar ao foco na produção biológica certificada e com extração a frio;
 - **Cânhamo Industrial**, uma planta ainda pouco conhecida, não autóctone, mas apropriada para a nossa ecologia, com inúmeras aplicações económicas como o fabrico de eco-blocos para construção, têxteis e outros biomateriais. [Sabe mais aqui](#)

Em suma, apoiar a **industrialização baseada na transformação** alimentar, medicinal, cosmética, suplementos, entre outras, com base nos recursos agroflorestais endógenos.

1.2.2 Construção e Manutenção de Infraestruturas

Com o agravamento da crise na Habitação e degradação do património e infraestruturas públicas é imperativo desenvolver um setor de construção e manutenção pujante, que gere emprego digno, e não concentre poder económico fazendo do poder político seu refém. Para nós não é aceitável que uma atividade tão crucial para qualquer comunidade crie empregos tão precários, mal pagos, para alimentar oligarquias. Por este motivo defendemos:

- Apoio à organização cooperativa de trabalhadores das áreas da construção como construtores, pedreiros, “faz-tudo”, canalizadores, eletricitas, arquitetos, engenheiros civis, entre outros, com incentivo ao uso de materiais ecológicos e que não promova um sector altamente desigual de grande capital e poder económico de empresários da construção vs trabalhadores explorados com baixíssimos salários;

-
- Preferência pela contratação de cooperativas de construção locais em obras públicas.
 - Apoio à Bioconstrução, com a utilização de materiais ecológicos como o cânhamo industrial, madeira, cortiça, entre outros.

1.2.3 Turismo

Vivemos num território de baixa densidade populacional, belíssima paisagem e recursos naturais, e com um enorme potencial de valorização económica no que respeita ao Turismo, particularmente Ecoturismo, Agroturismo, Turismo Rural, Turismo de Natureza, Turismo de Aventura, Turismo Cultural e Gastronómico. Contudo, trata-se de um setor facilmente tomado por investimentos extractivistas que apenas geram emprego precário com baixos salários e baixo valor acrescentado para o desenvolvimento da economia local. Por isso, defendemos uma aposta alternativa:

- **Rede de gestão comunitária de Alojamentos Locais nas aldeias do município**, como forma de fixar pessoas, e garantir que a maior fatia do rendimento será para remunerar quem trabalha e cuida - quem vive nas próprias comunidades;
- **Valorização dos Trilhos pedestres** existentes, cuidando dos mesmos e demarcação de novos trilhos. Remuneração a sapadores florestais ou populares das respetivas comunidades para os manter limpos;
- **Valorização dos nossos cursos de água** (rios, ribeiras, barragens) melhorando as atuais praias fluviais e criando novas também. Vivemos verões longos de 40°C, cada vez mais quentes, e é crucial oferecer formas de recreio banhar. É incompreensível como não existem **mais e melhores praias fluviais** para usufruto dos albicastrenses e geração de atividade económica que desenvolva quem vive em meios rurais. Promover a gestão comunitária e/ou cooperativa das concessões e incentivar o desenvolvimento de programação cultural.

- **Aposta no Turismo Cultural**, promovendo o talento artístico e cultural na região como o curso de Música Eletrónica, artistas e agentes culturais do município, para atrair turistas, assim como contribuir para o desenvolvimento de Marca Castelo Branco (*Destination Branding*) enquanto cidade interessante para residir. Inspirações incluem festivais como o Mêda Mais, Bons Sons, Entre Pedras, Fatela Sónica, entre outros excelentes exemplos.
- **Aposta no Turismo gastronómico**, aproveitando a instalação da Escola de Chefs, apoiando a criação de Cozinhas Populares Cooperativas e Criativas, onde chefs e cozinheiros locais poderão co-criar e reinventar cozinha regional, a preços acessíveis, particularmente para os albicastrenses. Consideramos localizações tanto no espaço rural, como por exemplo em pequenos lagares tradicionais rurais abandonados, transformando-os em centros interpretativos com restaurante, mas também no centro da cidade, como nas Docas, substituindo um dos atuais restaurantes, para uma oferta saudável, local, típica, e com emprego digno.

1.2.4 Tecnologias de Informação

As TI não são o futuro, mas sim o presente para qualquer organização que pretenda ser eficiente, prestar serviços de qualidade, e criar riqueza. Neste âmbito propomos:

- Apoio à criação de cooperativa tecnológica de interesse municipal interesse em desenvolver e gerir tecnologia para a comunidade:
 - **app de mobilidade** (car-sharing, boleias, entregas) de Interesse Municipal, para utilização e co-propriedade partilhada com motoristas, incluindo assento na Assembleia-Geral e poder de voto de uma comissão de cidadãos, rotativa;
 - **Plataforma / Fórum online de Democracia e Debate público municipal** que funcione em oposição ao circo das redes sociais que recompensa o sensacionalismo;
 - **Website + aplicação de Agenda Cultural Regional Democrática**, uma plataforma em que qualquer agente cultural, associação, coletivo

informal, ou outro poderá anunciar eventos, iniciativas, e obter exposição sem depender de algoritmos de redes sociais. Nesta plataforma qualquer munícipe poderá consultar em calendário todo o tipo de eventos a ocorrer na nossa região;

- **Formações em conhecimentos tecnológicos** para desenvolvimento da literacia da comunidade (ex: programação e desenvolvimento de software livre)

1.2.5 Comércio

Produzir não é suficiente. É necessário também desenvolver melhores formas de apoiar o comércio entre os produtores e consumidores albicastrenses. Neste sentido propomos:

- Apoio à criação de **Loja Online Cooperativa** para comercialização de produtos “Made in Castelo Branco”;
- Apoio à criação de projeto-piloto de **Loja Democrática** (ex: cidadãos de bairros também poderão participar na decisão da oferta de produtos), com espaços para anúncios, classificados, entre outros, da comunidade.
- Apoiar a criação **mercados de bairro regulares** para uma maior proximidade entre consumidores e produtores, numa dinâmica de comércio mais comunitária.
- Transformação do **Mercado Municipal**: defendemos uma grande intervenção neste equipamento público que se encontra degradado e subvalorizado numa zona nobre da cidade. É inadmissível um espaço público desta envergadura ter condições muitíssimo piores que os 2 centros comerciais privados nas periferias da cidade. Isto é desistir do comércio tradicional no centro da cidade em detrimento de grandes superfícies que não promovem a produção local. Defendemos a transformação do Mercado Municipal num centro dinâmico com várias valências e melhoramentos. Propomos:

- Melhorar o conforto térmico e decoração interior mais acolhedora, tornando o espaço mais atrativo para clientes e comerciantes;
- Intervir no estacionamento nas costas do Mercado, no sentido de criar mais lugares (ex: silo vertical com 2-3 andares);
- Dotar o Mercado de novas valências;

- Cozinha Popular - um restaurante cooperativo de interesse municipal - onde cozinheiros locais possam co-criar ementas com base em produtos locais biológicos e sazonais, e a preços acessíveis
- Recriação da Praça em Mercado Agroecológico e da Saúde Comunitária com integração de saúde oral, psicologia, nutrição, rastreios, espaço comunitário dedicado à literacia e associações de defesa dos utentes, assim como saúde física, municipalizando o atual Ginásio de exploração privada de franchising.
- Promover a extensão de horários de funcionamento;

1.3 Instrumentos para dinamizar a economia local

- Defendemos a criação de um **Laboratório Municipal de Economia Solidária e Empreendedorismo Social**, um espaço público de incubação e apoio a projetos cooperativos e comunitários, um salto qualitativo da oferta atual da SocialIN
 - Formação prática em gestão cooperativa e inovação social;
 - Plataforma de **ligação entre empreendedores sociais e investidores sociais**;Financiamento comunitário com participação cidadã em modelo de **orçamento participativo via *crowdfunding*** (financiamento coletivo)
- Propomos o desenvolvimento de uma **Moeda/Vale Complementar Municipal**, para reforçar a circulação de riqueza dentro do concelho e estimular o comércio local e a economia de proximidade. (Saber mais sobre [esta medida aqui!](#))
- Pretendemos introduzir uma política de **Compra Pública Sustentável**, priorizando fornecedores locais e ecológicos em todos os contratos

municipais:

- Registo de Fornecedores Locais Sustentáveis;
- Cláusulas ambientais e sociais em contratos públicos;
Criação do selo “Fornecedor Sustentável de Castelo Branco”;
Feira anual de fornecedores locais;
- Cláusula de circuito curto (preferência até 50 km para alimentação em cantinas, lares e hospitais);
- Plataforma digital “Compra Local” para promoção e transparência.

1.4 Atração de Investimento Estratégico

Rejeitamos a lógica de atração de investimento indiscriminadamente, originador de emprego precário e fiscalmente predatório.

- Propomo-nos a focar em **investimento externo seletivo**, alinhado com objetivos estratégicos para o desenvolvimento da economia regional: transição ecológica e alavancagem de recursos endógenos, e sempre que possível em formato de co-investimento:
 - Energias renováveis (painéis solares, turbinas, baterias) para o desenvolvimento de soberania energética;
 - Construção ecológica utilizando materiais locais onde possível (casas de madeira, blocos de cânhamo, entre outros);
 - Agro-florestal (fertilizantes naturais, biomassa, sementes biológicas, produtos sustentáveis);
 - Tecnologia (atração de empresas de desenvolvimento de software livre).

1.5 Emprego garantido, com mais direitos e qualidade de vida

- Defendemos a criação do **Gabinete Municipal de Trabalho Garantido**, assegurando que quem quer trabalhar terá sempre um emprego digno e remunerado, erradicando o desemprego involuntário, revitalizando aldeias e combatendo a desertificação. A Câmara Municipal funcionará como

empregador de último recurso.

- O programa priorizará atividades de elevado valor social e ecológico, negligenciadas pelo mercado e não necessariamente concorrenciais com o setor privado
 - Este Gabinete será responsável pela coordenação, identificação de necessidades, recrutamento e colocação de trabalhadores, em parceria com juntas de freguesia, IPSSs, cooperativas, associações culturais, agrícolas e ambientais.
- Defendemos a implementação da redução da semana laboral para quatro dias na Câmara Municipal, incentivando o setor privado a aderir ao modelo.
 - Promovemos a rotação de trabalho e a polivalência, para que cada trabalhador possa ter mais liberdade, redes de apoio e melhor saúde mental (ex: um agricultor possa trabalhar metade da semana noutra atividade como artes&cultura, ou um artista poder trabalhar metade da semana num comércio de produtos locais, ou outros).

Concluimos: A nossa visão para a economia de Castelo Branco é clara — desenvolvimento local, criação de emprego digno, sustentabilidade ambiental, democracia no trabalho e realização social. Não aceitamos a precariedade nem a desertificação. Defendemos um concelho onde a riqueza gerada fica na comunidade e serve para melhorar a vida de todas e todos.

2. Saúde & Bem-Estar

Colocamos a saúde e o bem-estar no centro da política municipal. Em Castelo Branco, saúde será direito, proximidade e prevenção — com dados, inclusão e desporto para todos.

2.1 Observatório Local de Saúde e Equidade (OLSE)

Propomo-nos criar o OLSE como a primeira estrutura municipal de recolha, análise e devolução pública de dados em saúde.

- Utilizará instrumentos validados (EQLS, HLS-EU, SCORE2, FINDRISC, Mini-Mental, GDS).
- Apoiará a ULSCB, as freguesias e as entidades locais na prevenção, acompanhamento e gestão da doença.
- Produzirá relatórios anuais que orientarão políticas públicas justas, baseadas em evidência e participação dos cidadãos.

2.2 Emergência Pré-Hospitalar e Urgência Médica

Castelo Branco continua sem ambulância medicalizada, sem helicóptero de emergência médica e com uma VMER a operar há 20 anos em contentores e viatura degradada.

Propomo-nos exigir ao Governo e ao INEM o **reforço urgente da resposta em emergência no concelho**.

Instalação permanente de um Helicóptero de Emergência Médica (HEM) em Castelo Branco, com disponibilização de infraestruturas municipais para o acolher;

Colocação de ambulâncias medicalizadas, inexistentes até hoje no concelho;

Melhorar as condições da atual VMER, em situação precária há mais de 20 anos, por meios modernos, estáveis e adequados;

Criação de um mecanismo municipal de monitorização dos tempos de resposta e falhas, denunciando publicamente os cuidados omissos;

Prioridade à resposta em urgências tempo-dependentes (AVC, enfartes e politraumatizados), que não são tratados em Castelo Branco e continuam a pôr vidas em risco.

2.3 Raízes da Saúde

Propomo-nos implantar o programa *Raízes da Saúde*: serviço municipal de entrega ao domicílio de alimentos sazonais e de proximidade.

- Promoção de hábitos alimentares saudáveis;
- Apoio a circuitos curtos entre produtores e consumidores;
- Combate ao isolamento, em especial de idosos e pessoas com mobilidade reduzida.

O município articular-se-á com produtores, cooperativas e associações locais para garantir acesso a alimentação nutritiva a quem dela precisa.

2.4 Provedor da Inclusão e Direitos

Propomo-nos instituir o cargo de Provedor da Pessoa com Deficiência, Incapacidade e Doenças Crónicas — **Provedor da Inclusão** — independente e com mandato para:

- Receber e investigar queixas sobre acessibilidade, discriminação e violações de direitos;
- Mapear barreiras e publicar o *Guia de Acessibilidade do Concelho*;
- Exigir cumprimento da lei em diálogo estruturado com entidades públicas e privadas;
- Acompanhar a assistência pessoal no âmbito do MAVI;
- Criar o **Banco Municipal de Produtos de Apoio** (empréstimo/reutilização de tecnologias assistivas);
- Dinamizar um **Laboratório de Inovação Inclusiva** (próteses 3D, oficinas de adaptação, maratonas de inovação);

-
- Desenvolver uma **Plataforma Digital de Inclusão** (direitos, emprego inclusivo, mapa colaborativo de espaços acessíveis);
 - Apoiar a Associação Local de Defesa dos Utentes da Saúde e Pessoas com Deficiência (ONGPD).
 - Indicadores de acompanhamento: % de edifícios públicos adaptados; queixas resolvidas; utilizadores do Banco de Apoios; empregabilidade inclusiva; campanhas realizadas.

2.5 Promoção da Saúde Comunitária

- Campanhas regulares de prevenção e rastreios gratuitos para todas as idades;
- Programas de literacia em saúde em escolas, associações e comunidades;
- Respostas integradas contra o isolamento, articulando saúde e apoio social;
- Plano Municipal de Saúde, em articulação com proteção civil e políticas sociais.

2.6 Desporto para Todos

O desporto é saúde, inclusão e cidadania. Comprometemo-nos a:

- Criar programação regular e gratuita em espaços públicos e equipamentos municipais: yoga no parque, caminhadas guiadas, torneios populares;
- Implementar modalidades inclusivas como o **Kin-Ball**, abertas a todas as idades e condições;
- Reabilitar urgentemente equipamentos desportivos degradados;
- Requalificar o campo de areia da piscina-praia, devolvendo-o à comunidade;
- Limpar e dinamizar a lagoa municipal, com canoagem e gaivotas em equilíbrio com a proteção das aves;

-
- Garantir a vocação pública dos equipamentos desportivos — a pista de atletismo do Parque Urbano é de uso plural, não exclusivo;
 - Definir critérios objetivos de apoio a clubes/associações: regras claras no início da época, três tranches de pagamento e relatório final obrigatório;
 - Elaborar a **Primeira Carta Desportiva Municipal** — planeamento rigoroso, inexistente até hoje;
 - Criar uma **Agenda Desportiva Municipal semanal**, com divulgação digital e física ampla.

Um concelho que planeia com dados (**OLSE**), cuida da alimentação e da solidão (**Raízes da Saúde**), defende direitos e inclusão (**Provedor da Inclusão**), investe na prevenção, literacia e saúde comunitária e abre o desporto a todos.

Sem saúde não há futuro. E a saúde começa no município.

3. Habitação

A Esquerda Livre defende uma política que responda à crise de habitação, combata a inflação especulativa, e contribua para um tão necessário choque demográfico que permita reverter o despovoamento da nossa região. Em Castelo Branco, a habitação tem que ser um direito, não um privilégio, e para o concretizar propomos:

3.1 Mobilização do património municipal para conversão em Habitação Pública de arrendamento acessível

É inaceitável que a Câmara Municipal tenha tanto património devoluto numa situação em que é urgente reverter o despovoamento no nosso município. Uma cidade com arrendamento muito acessível mais facilmente atrai habitantes, particularmente jovens.

- A mais ambiciosa e prioritária **mobilização do património municipal para construção de habitação municipal para arrendamento acessível**, com especial enfoque no bairro do Castelo, onde a CMCB é proprietária de muitos imóveis, e se trata de um bairro que tem que ser dinamizado.
- Construção de, pelo menos, **duas residências de estudantes**, em bairros que precisam de serem dinamizados - o bairro do Barrocal, próximo da estação de caminhos de ferro, e a zona do Castelo;
- Construção de, pelo menos, **duas residências em modelo de Co-living** (residências não direcionadas a estudantes) orientadas para acolher pessoas em idades ativas, recém-chegadas ao município, nacionais e imigrantes, a fim de facilitar a sua integração ativa na comunidade.
- Exemplos de cidades muito mais acessíveis para os seus habitantes, fruto desta política de habitação, como referência:
 - Vienna – famosa pela habitação municipal, cobre uns 60% da totalidade da cidade
 - Singapura - mais de 75% dos residentes vivem em habitação pública em regimes muito particulares (ex: vendendo temporariamente por 99 anos a residentes, que posteriormente voltam à propriedade estatal);

3.2 Apoio à criação de Cooperativas de Habitação

O apoio a Cooperativas de Habitação é uma das formas mais impactantes que uma Câmara Municipal tem para combater a crise habitacional de forma estrutural e não especulativa. Esse apoio deve ser estratégico, indo além do mero discurso, atuando como facilitador, parceiro e investidor público. Não se trata de um custo, mas um investimento social de alto retorno para o município. Para uma análise mais detalhada dos muitos benefícios desta política, por favor [consulta esta página](#).

Como apoiar?

- **Disponibilização de Terrenos Municipais:** Ceder terrenos municipais devolutos ou subutilizados através de:
 - Direito de Superfície: A Câmara mantém a propriedade do terreno, mas cede o seu uso à cooperativa por um prazo longo (ex: 90 anos), por um valor simbólico. Esta é a forma mais comum e eficaz.
 - Venda com Cláusulas de Preferência: Vender o terreno a um preço abaixo do mercado, mas com cláusulas contratuais que obriguem à sua utilização para fins de habitação a custos controlados e impedindo a venda no mercado livre.
 - Vantagem: Remove o maior custo inicial de um projeto de habitação – o preço do solo – tornando as habitações significativamente mais baratas.

- **Simplificação e Agilização Licenciamento:**
 - Criar uma "janela única" ou um gabinete técnico especializado para acompanhar os processos das cooperativas de habitação desde a fase de projeto.
 - Vantagem: As cooperativas, muitas vezes geridas por cidadãos sem experiência em construção, enfrentam uma burocracia complexa. O apoio da CM é crucial para desbloquear e acelerar estes processos.

- **Apoio Técnico e Financeiro:**

- Prestar assistência jurídica, arquitetónica e de engenharia através dos serviços municipais ou estabelecendo parcerias com universidades e ordens profissionais.
- Garantias Bancárias: A Câmara pode atuar como fiadora dos empréstimos bancários das cooperativas, facilitando o acesso ao crédito.
- Financiamento Direto: Criar uma linha de financiamento municipal ou um fundo de apoio com taxas de juro bonificadas.

- **Isenções e Benefícios Fiscais:**

- Aplicar isenções ou reduções máximas permitidas por lei em taxas municipais como a SISA (IMT) e a IMI para as cooperativas e seus membros. Isto reduz significativamente os custos de transação e de propriedade.

- **Promoção e Mobilização:**

- A Câmara pode ser um agente ativo na promoção do modelo, organizando sessões de esclarecimento, ajudando a agregar grupos de interessados e divulgando o conceito de habitação cooperativa.

- **Parcerias com o Setor Social:**

- Identificar necessidades específicas (ex: habitação para jovens, idosos, ou profissionais essenciais como professores e enfermeiros) e lançar editais para a criação de cooperativas destinadas a esses públicos.

3.3 IMI, incentivos & agravamentos

Defendemos a utilização democrática de instrumentos fiscais como o IMI e outros incentivos para reduzir a persistência de tantos imóveis devolutos privados que não cumprem a sua função social - Habitação, ou geração de atividade económica produtiva. Nesse sentido propomos:

- **Convocação de Assembleias de Cidadãos e debates públicos** envolvendo a população para decisões-chave quanto à utilização destes instrumentos e fixação de impostos ou incentivos para atingir os resultados desejáveis, aumentar a disponibilidade de habitações e manutenção de preços acessíveis, enquadrados com a recomendação de se posicionarem abaixo dos 35% do rendimento bruto das famílias.

Entendemos que é necessário um “pacto de regime” para resolver esta crise. Só um debate público que abranja todas as camadas da população poderá resultar numa decisão que seja assertiva, justa, e legitimada democraticamente, para levar a cabo uma mudança na forma como a Câmara Municipal utiliza instrumentos impactantes como o IMI.

3.4 Casas Modulares & Bioconstrução

As **casas modulares em madeira** têm vantagens muito relevantes para o combate à Crise de Habitação, sendo a velocidade de execução, e custos controlados as principais.

A **Bioconstrução** é um tipo de construção ecológica que utiliza materiais naturais que se encontram localmente.

Defendemos que a Câmara Municipal apoie estes modos de construção através de:

- Apoio técnico
- Desburocratização de licenciamento
- Incentivos fiscais e financeiros
- Co-investimento na sua produção
- Educação, Capacitação e Divulgação

Pretendemos, de forma a legitimar uma decisão duradoura, abrir o debate à sociedade civil albicastrense através de Assembleias Cidadãs.

4. Democracia & Transparência

A Esquerda Livre propõe um concelho onde cada pessoa tem (muito mais) voz, cada decisão é transparente e cada recurso público é fiscalizado pelo povo. Queremos um Castelo Branco governado com participação cidadã permanente, porque só assim a democracia é real e resistente.

4.1 Melhorar as Assembleias Municipais e de Freguesia

Queremos melhorar significativamente a divulgação, participação popular, e transparência das assembleias municipais e de freguesia:

- Defendemos que todas as Assembleias deverão ter **transmissão online, arquivo acessível e relatórios visuais simplificados**.
- A comunicação não pode depender de papéis afixados à porta de cafés, juntas de freguesia, posts no Facebook/website e passa-palavra: **cada munícipe deverá ser informado por SMS, email ou WhatsApp** das assembleias, com um link adicionável ao seu calendário pessoal digital.
- Defendemos que as Assembleias sejam organizadas em **horários pós-laborais**, e em **salas com condições** para incluir mais albicastrenses.

4.2 Inovação Democrática

- Implementação de **Assembleias Cidadãs** para debater e decidir temas cruciais como habitação, ecologia, mobilidade, saúde, regionalização, urbanismo, entre outros. Uma cruz num boletim de voto de 4 em 4 anos não chega para legitimar toda a ação executiva de uma Câmara Municipal, particularmente para decisões de grande impacto. As deliberações serão vinculativas ou servirão como referendo consultivo em matérias estruturais.
 - Sabe mais sobre Assembleias Cidadãs [neste link](#).
- **Questionário anual de Satisfação do Munícipe**, para que a Câmara Municipal e Juntas de Freguesia possam melhor orientar a sua actuação e manter legitimidade democrática. Será uma ferramenta de *feedback* muito útil, fácil de produzir, e que permite avaliar o progresso das atuações

governativas.

- **Fórum de Cidadania Municipal** (plataforma digital, app e site) para discussão pública, apresentação e votação de propostas, petições, sondagens, denúncias, e gestão interativa de assembleias, entre outras, com exemplos:
 - **Gestão interativa de assembleias** => na próxima semana vai haver uma assembleia municipal; a CMCB envia e-mail para todos os munícipes com um link para uma plataforma que agrega, em formato de sondagem, as questões mais relevantes e urgentes; os munícipes podem adicionar as suas perguntas, ou poderão votar nas sugestões de outros, de forma a aumentar a sua visibilidade e probabilidade de serem das primeiras questões a serem abordadas na assembleia. Exemplos existentes desta tecnologia ([Slido](#), [Dory](#))
 - **Canal Municipal de Denúncias Anónimas e Proteção de Denunciantes** => um mecanismo seguro, confidencial e acessível para que munícipes e trabalhadores do sector público ou privado possam reportar, de forma anónima, irregularidades, omissões e más práticas em áreas essenciais como saúde, educação, administração local, ambiente e segurança. Publicação anual de relatório público com dados agregados sobre as denúncias recebidas e medidas tomadas.
- Propomos a criação de um **Portal Municipal de Transparência**, com orçamentos, contratos e decisões públicas em linguagem clara.

4.3 Democratizar o Espaço Público

Os cidadãos de Castelo Branco merecem mais acesso ao espaço público da cidade e do município no geral. Defendemos:

- **Uma loja na Devesa (“Docas”)** disponível para ser utilizada por **associações** e outras coletividades sem fins lucrativos em modelo de rotação / agendamento. A devesa é um lugar nobre da cidade, criado com um enorme investimento público, e o seu usufruto não deverá ser

monopolizado.

- **Abertura à Comunidade dos Centros Comerciais.** Ambos os centros comerciais têm um profundo impacto na vida económica e social do município, tendo roubado movimento ao comércio local, e contribuído para que os albicastrenses utilizem mais o carro. Defendemos que os centros comerciais contribuam mais para a vida comunitária do município. Exemplos poderão incluir a cedência de uma loja a associações, introdução de mobiliário informativo como painéis de informação pública analógicos e digitais (ex: agenda cultural das próximas duas semanas, cartazes a promover eventos, classificados locais, entre outros).
- **Abertura da Rua do Saco** (ligação entre Rua Mouzinho Magro e Praça Luís de Camões, através do restaurante Mãos de Horta / e Komplexo Social Club) ao público.
- **Abertura e manutenção das WCs públicas do Castelo.**
- **Garantir a existência de “Terceiros Espaços” Comunitários** onde eles não existem ainda, um em cada bairro da cidade de Castelo Branco, e um em cada aldeia.
- **Criação de espaços para usufruto de coletividades/associações no centro histórico**, particularmente no eixo da Rua de Santa Maria até ao Largo de S. João.

4.4 Democratizar a escolha do Presidente da Câmara através de Votação por Preferência Ordenada

As eleições autárquicas em Portugal são um momento fundamental para a democracia local, onde os cidadãos elegem os seus representantes para liderar os municípios. No entanto, o sistema atual apresenta limitações que dificultam a expressão real da vontade dos eleitores, favorecendo o voto útil (e por conseguinte os 2 partidos do costume), restringindo a ligação direta entre eleitores e

candidatos.

Esta proposta visa modernizar o sistema eleitoral autárquico, incorporando a votação por preferência ordenada para a eleição do presidente da câmara garantindo maior legitimidade, representatividade e participação.

Atualmente, o presidente da câmara é o cabeça de lista do partido mais votado. **Propomos que os eleitores possam ordenar os candidatos a presidente da câmara por preferência.**

Se nenhum candidato atingir maioria absoluta no primeiro apuramento, os candidatos com menor votação são eliminados sucessivamente, redistribuindo os votos pelas preferências seguintes, até que alguém obtenha mais de 50%. Esta mudança garante que o presidente eleito tem o apoio da maioria real dos eleitores, reduz o voto útil e cria incentivos estruturais poderosos para que as campanhas eleitorais sejam mais positivas e civilizadas.

5. Ecologia & Sustentabilidade

Numa era de desafios climáticos globais, a nossa candidatura propõe uma resposta local, corajosa e transformadora, assente numa transição ecológica que é, simultaneamente, um motor de desenvolvimento, justiça social e soberania para o concelho. Este capítulo delineia uma estratégia integrada que vai da produção de energia renovável ao nível comunitário, passando pela regeneração da nossa paisagem natural — com a ambiciosa reflorestação da Serra da Gardunha — até à promoção de um modelo agroalimentar resiliente e justo, baseado na agroecologia. Através de medidas concretas que vão desde a eficiência energética e a economia circular até à valorização do nosso património genético e ao combate à desertificação, pretendemos não apenas proteger o nosso valioso capital natural,

mas também criar emprego, fixar população e construir um futuro verdadeiramente sustentável para Castelo Branco, preparando-o para as exigências do século XXI.

5.1 Criação de uma Comunidade de Energia Renovável (CER) Municipal

Uma entidade legal, de posse e gestão coletiva dos cidadãos, cooperativas, pequenas empresas e o próprio município.

A CER instalaria, possuiria e geriria painéis solares em telhados de edifícios municipais (escolas, centros de saúde, piscinas, câmara municipal), parques de estacionamento (com coberturas solares) e terrenos municipais subutilizados.

A energia produzida é injetada na rede e os rendimentos são reinvestidos na comunidade (para baixar tarifas, financiar eficiência energética em habitações carenciadas, ou outros projetos sociais).

Programa "Castelo Branco Solar: Telhados que Produzem":

- Facilitar a instalação individual e coletiva: Criação de um "balcão único" municipal para simplificar e acelerar o licenciamento de painéis solares para autoconsumo.
- Financiamento e Apoio Técnico: O município deveria oferecer:
 - Aconselhamento técnico gratuito.
 - Pactos de financiamento coletivo ("crowdfunding") ou em parceria com instituições de crédito local para empréstimos com juros bonificados.
 - Cooperativas de Energia de Bairro: Incentivar que vizinhos se juntem para instalar microgeração partilhada, dividindo custos e benefícios.

Pacto Municipal para a Autossuficiência Energética:

- Meta: Tornar todos os edifícios e equipamentos municipais (iluminação pública, frota de autocarros, etc.) 100% abastecidos por energia renovável de origem local até 2035.
- Ações:

-
- Substituir toda a iluminação pública por tecnologia LED.
 - Substituir frota automóvel municipal por viaturas elétricas carregadas pela CER.
 - Instalar painéis solares e mini-aerogeradores em todas as novas escolas e centros desportivos.

Biometanização:

- Instalar uma unidade de compostagem e digestão anaeróbia de média escala para tratar os resíduos orgânicos do concelho, produzindo biogás (que pode ser usado para gerar eletricidade ou como combustível para a frota de resíduos) e composto para agricultura local.

Educação e Formação para a Transição Energética:

- Centro de Formação em Energias Renováveis: Em parceria com o IPCB, criar cursos de formação para instaladores, técnicos de manutenção e gestores de CERs. Isto gera empregos locais qualificados e garante soberania tecnológica.
- Programas nas Escolas: Incluir educação energética e ambiental no currículo escolar, com visitas às instalações da CER e projetos práticos.

Planeamento Urbano Ecológico:

- Regulamento Municipal de Edificações: Exigir que todos os novos empreendimentos tenham painéis solares para aquecimento de águas e/ou produção de eletricidade.
- Proteger e Expandir os "Comuns": Preservar os ecossistemas locais (rios, albufeiras, zonas verdes) não apenas pela sua beleza, mas como infraestruturas críticas de regulação climática e potencial de micro-geração hídrica.

5.2 Liderança em Compostagem Orgânica

Liderar a implementação abrangente do município em iniciativas de Compostagem Orgânica para utilização na regeneração de solos agrícolas. Organização da compostagem “verde” (mais azoto, proveniente maioritariamente de resíduos vegetais como cascas/restos de fruta e vegetais) das casas albicastrenses com compostagem “castanha” (mais carbono, proveniente maioritariamente de restos de podas de árvores, mato e folhas secas florestais, etc) para produção de Biomassa de alta qualidade para utilização agrícola.

5.3 Reflorestação da Serra da Gardunha

A Serra da Gardunha é um património natural e cultural do nosso concelho, profundamente marcado por décadas de abandono, incêndios florestais recorrentes e monoculturas insustentáveis. Propomos uma reflorestação ecológica e comunitária, com o objetivo de regenerar a Serra da Gardunha com base nos princípios da sustentabilidade, justiça ecológica e participação cidadã.

Pretende-se promover a florestação com espécies autóctones (carvalhos, sobreiros, medronheiros, castanheiros, freixos, entre outros), reforçando os serviços dos ecossistemas (qualidade do ar e da água, regulação climática, sequestro de carbono), protegendo a biodiversidade local, incentivando habitats para fauna e flora nativas e evitando a erosão dos solos. Para dar cumprir com esta Medida propomos que seja previamente elaborado um plano estratégico, em articulação com entidades públicas, universidades, organizações ambientalistas e movimentos cidadãos: o Plano Municipal de Reflorestação Gardunha (PMRG) cujo estudo irá incluir o Mapeamento de Biodiversidade e criar um inventário natural da serra a fim de definir zonas prioritárias de intervenção para ligar habitats e promover a resiliência ecológica. Prever a reconversão progressiva de monoculturas de eucalipto e pinhais degradados e recuperação de zonas ardidas.

Pretende-se ainda envolver a comunidade local na recuperação da Serra da Gardunha criando emprego verde e incrementando a educação ambiental através do envolvimento de escolas com a ESACB do IPCB à cabeça, IPSS, associações e cidadãos na reflorestação, com programas regulares de sensibilização, visitas e

plantação participativa. Aproveitar o Viveiro Municipal de forma a contemplar uma área para produção de espécies autóctones, com recolha e preservação de sementes locais.

Apostar na Agricultura Biológica de Montanha e Pastoreio Sustentável
Compatibilizar a reflorestação com práticas agrícolas e pastoris de pequena escala, que respeitem a ecologia do território.

Garantir, desde o planeamento até à execução das ações, a transparência e uma fiscalização ambiental com participação popular e cidadã.

Promover a criação de um Fundo Municipal para a Reflorestação e Biodiversidade com recurso a financiamento de verbas comunitárias (PRR, fundos verdes), donativos, parcerias e orçamentos participativos.

5.4 Implementação de Ações de Combate às Alterações Climáticas

Identificar e contrariar as “ilhas de calor” existentes no concelho, principalmente na cidade de Castelo Branco a fim de mitigar os efeitos das cada vez mais frequentes e perigosas ondas de calor e proteger a população, nomeadamente a mais suscetível a este fenómeno: idosos, crianças, doentes crónicos do aparelho respiratório, através da:

- Plantação de árvores ou arbustos de baixo consumo de água e avançar com a instalação de mais corredores verdes promovendo, a redução das “ilhas de calor”;
- Inclusão de plantas em “paredes vegetais” e “tetos verdes” a partir de novos projetos de construção e / ou em edifícios geridos pelo município.
- Promover apoios de inovação paisagística na construção de novos edifícios privados, contribuindo com o arrefecimento interno desses ambientes, bem como de decoração dos espaços.
- Aplicação de toldos retráteis em vias (passeios) demasiado expostos ao sol / calor protegendo os transeuntes e combatendo as altas temperaturas.

- Instalação de nebulizadores iniciando esta ação em alguns arruamentos da cidade e vila de Alcains (mais movimentados), nos meses de verão e ir aumentando o seu uso nas restantes freguesias do nosso concelho.

5.5 Prevenção e Combate à Proliferação de incêndios Rurais

- Investimento e implementação de pelo menos uma equipa de sapadores de cinco elementos e respetivo veículo todo o terreno, incluindo os restantes equipamentos associados para cada freguesia. Esta medida permitirá criar 100 postos de trabalho para limpezas florestais e fixação de pessoas nas freguesias rurais, bastante despovoadas.
- Aplicação de plano ambicioso de apoio à pastorícia de cabras sapadoras para limpeza de florestas (prevenção de Incêndios). Reconstrução de "abrigos" para pastores e rebanhos em lugares estratégicos de passagem para aumentar a área de pastagens e facilitar a gestão do pastoreio; construção de estábulos para rebanhos em aldeias; subsidiar a criação deste tipo de gado e apoiar investimentos nesta área; subsidiar formações em Pastorícia e garantir subsistência de pastores.
- Envolver o Gabinete Técnico Florestal no apoio direto às populações, seja na divulgação de informação e ações de formação da população albicastrense, seja diligenciando ajuda na elaboração de projetos de investimento florestal aos agricultores e pequenos e médios produtores florestais através de programas existentes. A Autarquia poderá ainda criar uma rede de incentivos própria que complemente os programas de apoio já existentes e que visem a gestão florestal, a implementação e beneficiação de infraestruturas florestais de prevenção, melhoria efetiva da rede viária facilitando a acessibilidade a meios de combate e aumento e melhoria da rede de pontos de água para abastecimento.
- Operacionalizar o Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios (PMDFCI), incrementando as Faixas de Gestão de Combustíveis junto dos Aglomerados Populacionais e nas Redes Primária e Secundária. Promover a

instalação de mosaicos e ações de descontinuidade de áreas extensas constituídas por vegetação arbustiva, facilmente inflamáveis. Por exemplo: a implementação de pastagens naturais e da Silvopastorícia.

- Dinamizar as Juntas de Freguesia para integrar mais áreas na iniciativa Condomínios de Aldeia, que visam assegurar a alteração do uso e ocupação do solo e a gestão de combustíveis em redor dos aglomerados populacionais, assumindo o município uma extensão de pelo menos dois anos aos projetos que vejam a sua candidatura aprovada.

5.6 Agroecologia: Uma Visão Estratégica para o Futuro!

O concelho de Castelo Branco possui um mosaico agroecológico rico em potencial, com práticas tradicionais de uso do solo, biodiversidade significativa e um forte legado agrícola. No entanto, enfrenta desafios como o declínio demográfico das zonas rurais, a intensificação agrícola insustentável em alguns setores e a fraca atratividade do setor para os jovens. A agroecologia, entendida como ciência, prática e movimento social (Wezel et al., 2009), propõe uma transição para sistemas agrícolas sustentáveis, resilientes, socialmente justos e enraizados nos territórios.

Este plano constituirá uma estratégia conjunta entre o Município de Castelo Branco, a Escola Superior Agrária de Castelo Branco (ESACB) e a Unidade de Agricultura da CCDRC, articulando saber científico, política pública e ação local. Pretende-se impulsionar a transição agroecológica no concelho com base numa abordagem territorial e participativa. Valorizar os saberes tradicionais e os recursos locais, promovendo inovação social e tecnológica aplicada à agricultura sustentável. Fomentar oportunidades de trabalho digno e empreendedorismo jovem no setor agroalimentar ecológico. Reforçar a coesão territorial e a sustentabilidade ambiental no concelho e região envolvente.

Pretende-se ainda adotar programas de educação agroecológica em escolas básicas e secundárias (Município). Oferta de cursos curtos de formação profissional e workshops de agroecologia na ESACB abertos à comunidade e

agricultores. Criação de um Centro Municipal de Agroecologia e Soberania Alimentar, com apoio técnico-científico da ESACB. Parcerias com o Centro Ciência Viva da Floresta e outras entidades para ações de divulgação.

Apoio à Transição Agroecológica

Criação de um Programa Municipal de Apoio à Agroecologia, alinhado com os instrumentos do PEPAC, com aconselhamento técnico e coordenação da Unidade de Agricultura da CCDRC + Município.

Constituição de uma equipa técnica interinstitucional (Município, ESACB, CCDRC) para o acompanhamento de explorações em transição agroecológica. Promoção de candidaturas a projetos-piloto de agroecologia financiados pelo PRR e PEPAC. Banco de Terras para Agroecologia (em articulação com a Bolsa Nacional de Terras) com prioridade para jovens agricultores.

Redes de Comercialização e Consumo responsável

Reforço dos Mercados Municipais Agroecológicos com produtos certificados e rastreáveis. Promoção de cestas agroecológicas semanais, com curadoria técnica da ESACB (qualidade, sazonalidade, biodiversidade). Introdução progressiva de produtos agroecológicos em cantinas escolares e equipamentos sociais (município). Criação de um selo municipal de produção agroecológica com base em critérios definidos pela ESACB e validados pela CCDRC.

Conservação da Biodiversidade e dos Serviços Ecosistémicos

Parcerias para o inventário participativo da agrobiodiversidade local (ex: variedades tradicionais de oliveira, figueira, cereais).

Projetos de agroflorestal e agricultura regenerativa em áreas-piloto (com base na experimentação aplicada da ESACB).

Integração da agroecologia nos instrumentos de planeamento (PDM, Plano Municipal de Adaptação às Alterações Climáticas), com apoio técnico da CCDRC.

Articulação com áreas protegidas e Zonas Especiais de Conservação (Rede Natura 2000).

Governança Territorial e Participação Cidadã

Criação de um Conselho Local de Agroecologia, com representação da ESACB, CCDRC, organizações de produtores, associações juvenis e ambientais.

Elaboração de uma Carta Municipal para a Agroecologia, com metas quantificadas e compromissos partilhados.

Apoio ao cooperativismo e associativismo agroecológico local.

Promoção de processos participativos para envolvimento dos cidadãos nas decisões sobre alimentação e agricultura.

5.7 Valorização das Raças Autóctones e Variedades Tradicionais

Preservar e dinamizar o património genético agroalimentar local como ativo estratégico do concelho. Reforçar a identidade e a atratividade do Município de Castelo Branco, associando as raças e variedades autóctones à marca territorial.

Envolver ativamente as associações de produtores locais em todos os eixos de ação, garantindo representatividade e cogovernança. Mobilizar recursos de financiamento nacionais e europeus para projetos integrados de base local, sustentável e participativa.

Criação de uma Plataforma Colaborativa Municipal com produtores, investigadores e técnicos, coordenada pela Câmara Municipal. Campanhas participativas com as associações locais de criadores e agricultores para recolha de sementes, enxertos e dados genéticos. Reforço da articulação com o Banco Português de Germoplasma Vegetal e com centros de investigação nacionais.

Produção, Certificação e Empreendedorismo Agrícola

Pretende-se estimular práticas produtivas baseadas em variedades e raças locais através da criação de programas municipais de apoio à instalação de jovens agricultores com foco em variedades tradicionais. Apoiar a certificação DOP/IGP e desenvolvimento de marcas coletivas municipais (ex: "Sabores de Castelo Branco"). Programas de formação e assistência técnica com as associações locais, em parceria com a ESACB.

Valorização Comercial, Cadeias Curtas e Restauração

Promover os produtos locais nos circuitos comerciais, turísticos e gastronómicos, através da organização de feiras temáticas em conjunto com as associações de produtores (ex: Feira do Cabrito, Feira da Azeitona Galega). Criação de um Selo Municipal de Identificação de Produtos Tradicionais para distribuição em mercados urbanos e turísticos. Protocolos com restaurantes locais para incluir produtos certificados em menus identitários.

Educação, Sensibilização e Cultura Alimentar

Enraizar o conhecimento e o orgulho pelas raças e variedades tradicionais nas novas gerações com o desenvolvimento de programas escolares de horticultura e agrobiodiversidade, com apoio das associações agrícolas locais.

Produção de documentários e publicações sobre a história agrícola do concelho. Realização de festivais agroalimentares e etnográficos em parceria com as freguesias.

Promoção Territorial e Cooperação Institucional

Posicionar Castelo Branco como território de excelência agro-alimentar tradicional com a criação da marca territorial "Castelo Branco – Território de Origem", com

identidade gráfica e presença nacional/internacional. Participação em eventos nacionais (Ovibeja, Feira Nacional de Agricultura) e internacionais (Salão do Gosto – Slow Food). Cooperação com CIMBB, CCDRC, universidades e redes europeias para candidaturas conjuntas. Envolver a Universidade da Beira Interior, IPCB, UTAD, Comunidade Intermunicipal da Beira Baixa.

5.8 Desincentivo ao Consumo de Fast Fashion

O *Fast Fashion* - que caracteriza produção em massa de novas roupas, da responsabilidade de grandes marcas - tem que ser muito combatido, em várias frentes, por motivos ecológicos óbvios.

Liderar a reindustrialização têxtil Cooperativa com base na pastorícia de gado ovino para produção de lã. Plantação de linho e cânhamo industrial.

Envolver a ESART Design Moda, MUTEX, etc., incrementando as hipóteses de fixação de jovens formados na nossa comunidade.

Liderança na criação de espaços para Trocas & Vendas de Roupas em 2ª mão, assim como incentivo a que haja um sector "reparador", isto é, quem consiga através de técnicas de costura, remodelar roupa com base nos seus tecidos. Subsidiar esse mesmo sector (se for cooperativo significa que todo o dinheiro volta à economia local) para que os preços não fiquem proibitivos, e permitir que atinjam eficiência necessária para ser competitivo pelo menos à escala ibérica.

O upcycling na roupa é uma das formas mais populares e criativas de reutilizar materiais. Consiste em transformar peças que já tens (ou que iriam para o lixo) em novas roupas ou acessórios, com mais estilo, valor e personalidade.

5.9 Criação da rota dos Moinhos do Rio Ocreza

Incentivando o turismo rural, fixação de população nas freguesias rurais percorridas pelo Rio Ocreza e, simultaneamente, promovendo ações de regulação do leito e margens (galerias ripícolas) do rio com o desassoreamento, incrementando o seu caudal. Recuperação de moinhos, levadas e pequenas represas de rico património cultural.

5.10 Revisão do POASAP

O POASAP (Plano de Ordenamento Albufeira Santa Águeda / Marateca e Pisco) data de 2005 e deveria ser revisto 10 anos depois. Continua sem ser revisto e a albufeira continua a ser alvo de constantes violações, com total apatia de todas as entidades públicas envolvidas.

5.11 Iniciativa Anual do Dia Mundial da Bolota

Com o aquecimento global, sabemos que cada vez será mais difícil várias espécies sobreviverem. Sabemos que a Azinheira, árvore autóctone com grande presença no nosso território, é das árvores que melhor resiste a secas, mais "rústicas", que produz uma sombra abundante e tem a lenha que produz o mais alto índice calorífico. Ainda produz bolotas comestíveis para humanos e animais.

A Bolota de Azinheira oferece várias utilizações para a alimentação humana:

- as bolotas doces (menos taninos) podem ser secas, descascadas e moídas para fazer farinha. Usada para pão, bolos, panquecas, massas e como mistura com outras farinhas sem glúten.
- Bolotas assadas como alternativa às castanhas.
- Bolotas caramelizadas ou temperadas como petisco.
- Torrefação das bolotas para fazer um substituto de café sem cafeína.

Produtos e bebidas Artesanais e Gourmet Produção experimental de bebidas alcoólicas como aguardente, licor e cerveja artesanal com farinha de bolota de azinho. Produção de produtos de nicho com identidade territorial, Pães com fermentação natural, barras energéticas, misturas de farinhas tradicionais para pastelaria rural. Queijos artesanais com bolota (mistura no processo de cura).

Já para Alimentação Animal pode ser usada na engorda de porcos de montado, muito valorizado na produção de presunto ibérico de qualidade. Suplemento alimentar para ovinos, caprinos e bovinos.

Existem também outras utilizações alternativas à alimentação como usos na Cosmética Natural com recurso ao óleo de bolota (extraído da semente) usado como base para cremes, sabonetes e bálsamos. Rico em antioxidantes e compostos fenólicos.

Por estes motivos propomos que se justificaria o Município celebrar o **Dia Mundial da Bolota (10 de novembro)** com iniciativas comunitárias de semear bolotas por todo o município, particularmente em zonas de pinhal / eucaliptal / mato e pastagens demasiado amplas sem sombras (mesmo no interesse do bem-estar animal) e em áreas fustigadas por incêndios.

5.12 Aumento Descentralizado de Painéis Solares e Baterias

Apoio a instalação de painéis solares e baterias descentralizadas em áreas urbanas a particulares e instituições públicas. Implementar "Bairros ecológicos/energeticamente sustentáveis". Envolver escolas como locais para produzir energia para os seus respectivos bairros, e incluir componente pedagógica.

5.13 Combate à Mineração do “Capitalismo Verde”

Com as decisões a nível da UE de uma busca acelerada por minerais essenciais para a revolução da Inteligência Artificial e a transição ecológica, particularmente num cenário de guerra fria com a China (e Rússia) na competição por estes recursos existem cada vez mais pedidos de prospeção de vários minerais/metais em Portugal, inclusive no nosso Município. Devemos promover um Combate sério contra a busca incessante pela mineração extrativa.

Contudo, mesmo com a oposição da Câmara Municipal ao avanço destes projetos, a implementação de minas poderá constituir uma realidade por imposição do Estado Central. Neste caso, o Município deverá garantir um compromisso forte pela exigência de implementação de medidas mitigadoras rigorosas, resultantes de um estudo de impacto ambiental sério, limitando as explorações ao mínimo e

afiançando benefícios para as comunidades locais afetadas com compensações financeiras generosas. Esta garantia estende-se ao envolvimento da população e do seu recrutamento preferencial dos postos de trabalho a criar. Implementar um Fundo para o desenvolvimento de obras públicas com base na receita e não no lucro com transferência de KNOW-HOW e tecnologia para desenvolvimento industrial local.

5.14 Reaproveitamento de Águas Pluviais

Implantação de sistemas de caleiras dos telhados em edifícios públicos (como escolas), para armazenamento em tanques a fim de reutilizar a água acumulada para regas, lavagens, uso doméstico (WC), etc para liderar pelo exemplo e incentivar pedagogicamente famílias e empresas a reproduzirem esta boa prática

5.15 Promoção do solo 100% coberto

Campanha de comunicação para apenas lavrar se for especificamente para semear algo produtivo, caso contrário apenas cortar erva e deixar matéria como cobertura do solo permitindo a manutenção dos nutrientes do solo e da sua humidade, evitando evaporação extrema nos verões.

5.16 Controlo de PDM (ár6.1 eas RAN e REN)

Impedir alterações no Plano Diretor Municipal que reduzam a Reserva Ecológica Nacional (REN) e/ou a Reserva Agrícola Nacional (RAN) e, se possível, tomar as diligências necessárias para a reversão de revisões que as tenham reduzido.

6. Educação & Cultura

A Esquerda Livre encara a educação e a cultura como pilares fundamentais para a formação de cidadãos informados, críticos, solidários e ambientalmente conscientes, pelo que defende a introdução de práticas de participação democrática no quotidiano escolar e comunitário, com impacto real e mensurável. No que à educação diz respeito, as nossas propostas são:

6.1 Educação para a Democracia Participativa e Igualdade

6.1.1 Clubes de Cidadania e Igualdade

- Implementação de clubes em todas as escolas básicas e secundárias do concelho, dinamizados por alunos, docentes e membros da comunidade.
- Áreas temáticas transversais: direitos humanos, igualdade de género, combate a todas as formas de discriminação, participação cívica e sustentabilidade ambiental.
- Promoção de debates, assembleias e iniciativas práticas sobre questões locais e globais, com enfoque na justiça social e na transição ecológica.
- Promoção de parcerias com associações cívicas, instituições de ensino superior e órgãos de comunicação social, de modo a diversificar perspectivas e recursos.

6.1.2 Orçamento Participativo Jovem com Verbas Reais

- Afetação anual de verba municipal específica para projetos apresentados e votados por jovens com idades compreendidas entre os 12 e os 25 anos.

Processo participativo estruturado em três fases:

- Apresentação de propostas nas escolas e através de plataforma online.
- Debate público das propostas, em sessões moderadas e abertas.
- Votação e execução dos projetos vencedores, com acompanhamento e prestação de contas à comunidade jovem.

-
- Publicação online de todas as etapas, orçamentos e relatórios de execução, garantindo total transparência.
 - Critérios de valorização para propostas que promovam a igualdade, a inclusão social e o impacto ambiental positivo.

6.1.3 Integração na Estratégia Educativa Municipal

- Inclusão dos clubes e do orçamento participativo nos planos anuais de atividades das escolas.
- Formação contínua para docentes e técnicos municipais em metodologias participativas e educação para a cidadania global.

Medidas que se refletem em:

- Reforço da literacia cívica e política entre os jovens.
- Maior participação ativa e informada na resolução de problemas locais.
- Consolidação de uma geração mais igualitária, solidária e empenhada na transição ecológica.

6.1.4 Autoproteção é Poder Popular

Para que a escola seja também impulsionadora de ação e adopção de políticas de segurança dos estudantes e da comunidade, é necessário que sejam incentivados:

- **Integração da autoproteção nos planos escolares**, para que todas as crianças e jovens aprendam rotinas de segurança e para que as apliquem na vida.
- **Simulacros anuais em todas as escolas e freguesias**, realizados no inverno, para preparar a população a agir em caso de incêndio no verão. O inverno é a altura segura para treinar, permitindo testar respostas e corrigir falhas sem risco real.
- **Programa de Formação em Autoproteção**, com sessões comunitárias, materiais pedagógicos e guias visuais simples para todas as idades.

- **Envolvimento das juntas de freguesia, bombeiros, Proteção Civil e associações locais**, assegurando que também idosos, pessoas com deficiência e famílias mais isoladas sabem como agir.

Uma comunidade treinada reage melhor, salva vidas e reduz o impacto social e económico dos incêndios e outras catástrofes.

6.2 Plano Escola com felicidade e bem-estar

Defendemos a criação de uma Estratégia Municipal de promoção da felicidade e bem-estar na comunidade educativa, que prevê:

- **Formação do corpo docente e não docente para o bem estar e cuidado coletivo**, com a criação de “espaços” de participação das crianças para a valorização do brincar e do relacionamento interpessoal e bem-estar a par das aprendizagens curriculares.
- **Criação de um Plano de combate à violência em contexto escolar e infantil**, que vise a prevenção de todas as formas de violência com as organizações da sociedade civil locais, do município e dos vários agrupamentos.

6.3 Língua Portuguesa para Estrangeiros

A integração de imigrantes é importante, não só do ponto de vista social, mas também visando um plano de crescimento económico, pelo que defendemos que ferramentas de aprendizagem da língua no âmbito escolar e profissional são essenciais como desbloqueio das possíveis barreiras linguísticas.

Para isso, propomos:

- **Criação de um Plano Pedagógico Multidisciplinar**, onde, além do ensino de Língua Portuguesa Não Materna, seja promovida a integração de pessoas migrantes na comunidade local, através de atividades lúdicas sobre diversidade cultural, rodas de conversa e desenvolvimento de relações interpessoais.

- **Apoio autárquico aos principais níveis de proficiência linguística**, para estudantes e trabalhadores, de Iniciação (A1, A2) e Intermédio (B1). Em casos de necessidade de maior qualificação para fins profissionais ou académicos, incentivos à aprendizagem do nível Avançado (B2, C1).

Para a concretização desta proposta, contemplamos a contratação de professores e/ou formadores de LPNM pela autarquia, de modo a que haja um reforço de profissionais qualificados envolvidos, com financiamento alocado.

6.4 Alimentação de qualidade nas escolas

A alimentação escolar é fundamental para o sucesso educativo, a equidade social e a saúde pública. A Estratégia Nacional de Combate à Pobreza (2021-2030), o Plano de Ação da Garantia Europeia para a Infância e o Plano Nacional de Alimentação Equilibrada e Sustentável (PNAES) reconhecem a importância de assegurar refeições escolares de qualidade a todas as crianças e jovens, independentemente da sua condição socioeconómica.

No concelho de Castelo Branco, a realidade social, marcada por assimetrias territoriais e vulnerabilidades, exige uma resposta abrangente e inclusiva. Atualmente, a oferta de alimentação escolar está limitada por escalões de abono e níveis de ensino, criando desigualdades entre estudantes e entre escolas.

Assim sendo, pretendemos:

- **Assegurar gratuitamente a alimentação escolar** (almoço e, quando aplicável, pequeno-almoço e lanche) a todos os alunos do ensino obrigatório no concelho de Castelo Branco, com o objetivo de promover a equidade no acesso à educação e à saúde; incentivar a adoção de hábitos alimentares saudáveis e sustentáveis; e apoiar a economia local e os produtores agroalimentares da região.

Nesta proposta, estariam abrangidos todos os alunos matriculados em estabelecimentos públicos de ensino básico e secundário (1.º ao 12.º ano) no concelho, incluindo escolas das freguesias rurais e urbanas.

Para a sua execução, os produtos utilizados estariam integrados num **projeto de produção e consumo sustentável**, recorrendo a produtores locais e a possíveis excedentes desperdiçados.

6.5 Hub Municipal de Reparação e Inovação

Visando a consciencialização para a sustentabilidade, através de uma economia circular e de inovação comunitária, consideramos proveitosa a criação de um Repair Café que seja interligado com o FabLab, formando um pólo integrado. Nesse espaço, cidadãos, técnicos e voluntários podem reunir-se para reparar, reaproveitar e reinventar objetos, partilhando conhecimento e competências práticas.

Temos como principais objetivos desta proposta:

- Reduzir resíduos urbanos e prolongar a vida útil de equipamentos, mobiliário, têxteis e bicicletas.
- Promover a literacia técnica através de oficinas e formações abertas à comunidade.
- Aproveitar recursos existentes no FabLab, incluindo maquinaria de prototipagem e fabricação digital, para criar ou substituir peças em falta.
- Estimular a inovação social e fortalecer laços comunitários, fomentando a cooperação intergeracional.

Que pode ter benefícios como:

- Cumprimento das metas nacionais e europeias de economia circular e redução de resíduos.
- Dinamização do espaço FabLab e rentabilização do investimento público.
- Criação de oportunidades de voluntariado, inclusão social e qualificação de cidadãos.

6.5 Educação para Estilos de Vida Saudáveis com Cultura Local

Consideramos que a resposta contra o sedentarismo está nas nossas raízes, por conseguinte, a integração das AEC's (Atividades de Enriquecimento Curricular) num programa educativo municipal, pode ajudar a promover estilos de vida saudáveis desde a infância, juntando vários tipos de atividades e tradições. Um projeto que una Educação, Cultura e Saúde, formando crianças e jovens mais ativos, conscientes e ligados ao seu território:

- Jogos tradicionais para combater o sedentarismo e estimular a atividade física divertida;
- Música popular da Beira Baixa para reforçar a identidade cultural, a socialização e a saúde mental;
- Dieta mediterrânica como modelo de alimentação saudável e sustentável, ensinada de forma prática em escolas e comunidades.

Desde modo, conseguiremos:

- Reduzir a obesidade, diabetes e riscos cardiovasculares desde cedo, através da promoção de hábitos alimentares saudáveis e sustentáveis.
- Melhorar a saúde mental e combater o isolamento digital.
- Garantir equidade, levando a todas as escolas do concelho oportunidades iguais.
- Valorizar o envelhecimento ativo, com idosos como transmissores de jogos e tradições.
- Reforçar identidade territorial e orgulho cultural.

6.6 Mais e Melhor oferta cultural

No que concerne à cultura e à oferta cultural, é essencial aproveitar e dinamizar os vários espaços culturais do concelho, apostando numa melhor programação cultural, com maior e mais diversificada oferta de cinema, música, teatro, dança e exposições, além da devida divulgação através da agenda física gratuita (que, em caso de necessidade, pode ser financiada com publicidade), de cartazes e das redes sociais.

6.6.1 Descentralização de Gestão e Valorização de Equipamentos Culturais

Para que a descentralização da gestão e a valorização de equipamentos culturais seja efetiva, defendemos:

- **Envolvimento de pessoas com capacidade e dinâmica** é primordial, assim como dar-lhes autonomia económica e poder de decisão.

- **Planos Anuais de Atividades e os respectivos orçamentos sejam públicos**, de modo a que possam ser consultados pelos munícipes, relativamente aos equipamentos culturais do concelho.
- **Gestão municipal dos equipamentos culturais e desportivos** (bem como as piscinas e o parque de campismo), através de uma equipa multidisciplinar e alocação de direção qualificada para o efeito, que possa ser responsável por cada equipamento, gestão essa que não tem sido assegurada com a ausência de direção no Centro de Cultura Contemporânea, ou no Museu Francisco Tavares Proença Júnior. Com esta medida, temos o objetivo de valorizar o património e criar dinâmicas culturais e sociais qualificadas que sirvam o desenvolvimento do concelho.

Na dinamização da Cultura e Artes Locais, o conhecimento da realidade nacional e internacional são fundamentais para uma dinâmica equilibrada que tenha em conta os públicos e a capacidade de acolhimento de visitantes.

- **Criação de Plano de Incentivo à Leitura**, na Biblioteca Municipal de Castelo Branco, além da “Hora do Conto”, que já é normalmente assegurada no Jardim de Infância ou Ensino Básico. É de grande importância o fomento do gosto pela leitura e inclusão de bons hábitos, que ajudem no desenvolvimento do pensamento e do sentido crítico.

6.6.2 Dar condições aos trabalhadores dos espaços culturais

Para que este investimento na programação cultural possa ser levado a cabo e para que seja de qualidade, só nos parece possível se:

- **A contratação for da responsabilidade do município**, acabando com os vínculos dos trabalhadores dos espaços culturais à ALBIGEC – Entidade Empresarial Municipal, e assegurando um contrato de trabalho de funções públicas, com a devidas condições. Com esta medida, pretendemos combater a precariedade, a falta de valorização e a exploração desses profissionais qualificados, que em muitos casos se veem obrigados a sair e a procurar melhores condições, inclusive fora da cidade.
- **Contratar o número de trabalhadores necessários** para que os espaços culturais funcionem sem constrangimentos e que permita que os trabalhadores tenham horários de trabalho compatíveis com descanso e vida familiar.

6.7 A Cultura És Tu — Cultura Participativa e Descentralizada

A Esquerda Livre entende a cultura como um direito fundamental e um pilar da cidadania activa. No entanto, a programação cultural nos municípios continua, muitas vezes, a ser definida de forma centralizada, sem escuta das comunidades e com fraca representatividade territorial e social.

- **“A Cultura És Tu”** propõe um modelo inovador: concertos e espetáculos escolhidos por votação dos próprios munícipes, um por mês, promovendo a participação democrática, a descentralização e a valorização da cultura enquanto bem comum.

O programa tem a duração de dois anos, permitindo que todas as freguesias do concelho de Castelo Branco acolham, pelo menos, um evento cultural ao longo do ciclo.

Os objectivos desta proposta são sobretudo promover o acesso regular, equitativo e participado à cultura em todo o território concelhio; reforçar os mecanismos de democracia directa local, com decisões tomadas pelos cidadãos; valorizar o tecido artístico e cultural local e regional, incentivando a produção própria e as parcerias comunitárias; envolver jovens, idosos e públicos tradicionalmente afastados da programação cultural; descentralizar os recursos culturais, combatendo desigualdades entre contextos urbanos e rurais.

“A Cultura És Tu” é mais do que um programa de espetáculos, é uma ferramenta de transformação democrática e cultural, que reconhece o direito de todas as pessoas a decidir, criar e fruir cultura no seu território. Ao dar voz aos munícipes, promove-se uma nova relação entre cidadãos, instituições e cultura mais próxima, justa e viva.

6.8 Cinema ao ar livre

À semelhança do cinema ao ar livre retomado pelo atual executivo, propomos que os vários espaços de lazer sejam aproveitados para a exibição de filmes, sendo que consideramos de grande importância o aumento da regularidade, com maior diversidade. Para isto, a nossa proposta é:

- **Exibição de filmes duas vezes por semana ao longo dos meses de verão**, estabelecendo acordo com produtoras com as quais o Cine-Teatro Avenida já trabalha para a programação habitual, permitindo uma oferta cultural mais rica, num equilíbrio entre cinema comercial e de autor.

6.9 Dedicção da Rua Santa Maria à Cultura (e alojamento jovem acessível)

Tratando-se de uma das ruas mais nobres da cidade, com grande potencial e com algumas características próprias (zona com bares e, por conseguinte, com algum ruído à noite), propomos um planeamento e a sua revitalização, onde seja criado um urbanismo misto com lojas e espaços culturais nos rés-do-chão, e alojamento jovem de renda acessível nos pisos superiores.

Esta proposta serve de incentivo à fixação de vários serviços como:

- Mercearia municipal / cooperativa
- Ateliers populares abertos para artistas da cidade fazerem exposições
- Biblioteca popular / troca / empréstimos de livros usados
- Espaço pequeno e bem isolado para concertos mais intimistas
- Lojas de artesanato populares / cooperativas
- Lavandaria municipal

O objectivo principal prende-se com a recuperação dos ofícios e comércio de proximidade outrora presentes no centro histórico e que, com o passar dos anos, foram desaparecendo, deixando ao abandono zonas de grande valor social, cultural e histórico.

6.10 Passe Cultural Anual

Pretendemos que o acesso à cultura seja verdadeiramente democrático e, por esse motivo, consideramos relevante a atribuição de incentivos à sua fruição por todas as pessoas, independentemente da condição socioeconómica. Propomos:

- **Passe Cultural Anual para residentes no valor de 50€**, para utilização em eventos culturais no concelho.

Com esta medida, procuramos, além de uma verdadeira democratização da cultura, permitindo o acesso a todo o tipos de eventos, fomentar novos hábitos de consumo.

6.11 Apoio a artistas locais

Existe atualmente um enorme talento artístico no município, que se depara com grandes dificuldades quando tenta vingar no meio. Propomos, para esse efeito, incentivos a artistas, à criação e difusão cultural:

- **Apoio ao Entre Pedras**, um festival embrionário organizado por uma forte comunidade artística albicastrense no centro histórico da cidade, e com a capacidade de vir a potencializar Castelo Branco como marca de destino cultural jovem. Propomos ajudar o mesmo a expandir-se, ajudar a angariar patrocínio comercial (ex: Água das Pedras)
- **Apoio a artistas locais**, através da contratação remunerada para espectáculos nos vários auditórios, festas e festivais locais, ajudando na divulgação do seu trabalho, além de incentivos à fixação de ateliers e residências artísticas, particularmente nas freguesias mais despovoadas;
- Museu Artístico da Beira Baixa (MABB)
- **Apoio a artistas de Música Eletrónica da ESART**, tendo em conta a especificidade da licenciatura e o carácter único a nível nacional. Este apoio inclui o financiamento de um grande festival de música eletrónica anual no município, que pode ser organizado pelos próprios estudantes, juntamente com outros agentes culturais, de forma a potenciar saídas profissionais e reconhecimento na sua área artística.
- **Criação de salas de ensaio com bom isolamento**, que permita boas condições de ensaio e produção musical para artistas.

6.12 Requalificação do Centro Artístico Albicastrense

O Centro Artístico Albicastrense tem 117 anos de História e é um bastião cultural do centro histórico da cidade. Contudo tem vários desafios no que respeita à manutenção do seu edifício.

- Dividem paredes com um edifício devoluto que mete água e existe um risco real de degradar o prédio;
- Têm algumas coisas que não conseguem reparar por falta de orçamento (ex: ar condicionado no salão, chuveiros nas WCs);
- O salão, embora tenha um tamanho interessante para espetáculos e outro tipo de eventos culturais, não tem uma boa acústica, perdendo uma parte importante da sua utilidade artística;

Propomos que a Câmara Municipal apoie o Centro Artístico Albicastrense na sua requalificação em formato de co-investimento alavancando fundos do PRR, começando pela aquisição do imóvel devoluto que se encontra encostado e que mete água, e aglutinação do mesmo ao projeto de requalificação, expandindo a área do CAA.;

Com esta intervenção não só se ganhará um excelente salão grande acusticamente preparado para espetáculos mais exigentes em termos sonoros, como se abrirão mais salas para a cultura de usufruto popular. Para além de salas de tamanho mais pequeno que o Salão Grande para eventos mais intimistas, propomos:

- Criação de uma **Loja/Museu Artística da Beira Baixa**, onde serão expostos trabalhos artísticos regionais para venda e divulgação. Exemplos: discografia e merchandising de músicos, pinturas, livros, esculturas, artesanato, violas beiroas, mas também roteiros culturais (festas, festivais, informações de agentes culturais, etc). Nesta Loja/Museu, qualquer cidadão e turista

conseguirão ter acesso ao melhor da arte regional, assim como ter uma boa aprendizagem sobre a cultura Beirã

6.13 Liderar a criação e promoção de Agenda Cultural Popular da Beira Baixa

Um dos grandes desafios na área da Cultura trata-se da divulgação. A mesma encontra-se espalhada digitalmente por diferentes páginas nas redes sociais, site do Associativismo, da Câmara Municipal, etc. Entendemos que não são boas ferramentas para integração de informação de eventos

Adicionalmente, cada um dos agentes culturais e artísticos, individualmente, enfrenta uma dificuldade enorme de divulgar os seus eventos/programação, dependendo de algoritmos das redes sociais, onde existe um enorme ruído, e impressão + colagem de cartazes em papel.

Por outro lado, “consumidores” de cultura, têm dificuldade em gerir os seus calendários culturais nos canais que mais visitam, isto é, nas redes sociais, e enfrentam o desafio adicional de estar a par da oferta cultural nos município vizinhos. Entendemos que este paradigma é importante de abordar, uma vez que vivemos em territórios de baixa densidade, com oferta cultural mais dispersa.

De forma a dar um apoio significativo à divulgação cultural propomos liderar a criação e promoção de uma Agenda Cultural Popular integrada numa plataforma digital intuitiva, envolvendo todos os agentes culturais formais e informais, com a ambição de vir a tornar-se um projeto ao nível da Beira Baixa. Porque nós, enquanto cidadãos de Castelo Branco, também queremos ter bom acesso à divulgação cultural do Fundão, Idanha, Sertã, Penamacor, Covilhã, Oleiros, etc, assim como sentimos que a Cultura no nosso concelho será beneficiada se os cidadãos dos restantes concelhos tiverem um bom acesso à divulgação da nossa agenda cultural.

Para além de uma plataforma digital, defendemos também a criação de uma agenda cultural em formato papel (ex: 1 página semanal no Jornal Reconquista, ou

1 folheto mensal a ser enviado aos cidadãos), e que sejam adicionados mupis digitais na rua, rodando cartazes da programação da semana

6.14 Festival das Comunidades

De modo a facilitar a integração de comunidades imigrantes no nosso município, propomos a criação de um festival anual que ajude a envolver e a desafiar as diferentes nacionalidades a organizarem actividades culturais e gastronómicas, em comunhão com tradições nacionais e regionais.

Neste festival, prevê-se a organização de pequenas actividades socioculturais e workshops, com diferentes atuações musicais, de poesia, dança, teatro, entre outras.

Um dos dias possíveis para este evento seria o dia 21 de Maio, Dia Mundial da Diversidade Cultural para o Diálogo e o Desenvolvimento.

6.15 Locomotiva a vapor na Linha da Beira Baixa

A Associação das Rotas de Mação tem proposto a implementação de uma locomotiva a vapor na linha da Beira Baixa entre o Entroncamento e Vila Velha de Ródão, apelando ao valor turístico que pode representar, como a já existente na linha do Vouga e do Douro. Encaramos esta ideia como sendo de grande interesse para o desenvolvimento da região, prolongando o percurso até ao município.

7. Infraestruturas & Obras Públicas

7.1 Reabilitação do Bairro do Barrocal

Apesar de o Barrocal ser um bairro muito central na cidade, junto à estação dos comboios, encontra-se degradado e sem acesso a serviços, dando uma sensação de guetto. Com a construção do pavilhão multiusos, faz todo o sentido intervir, reabilitando e dinamizando este bairro.

- Construção de moradias partilhadas com áreas privativas e comuns para criação de um senso de comunidade entre os residentes, particularmente os mais jovens;
- Promoção de pequenos espaços comerciais (ex: restaurante/café, lojas) e culturais, por exemplo, requalificando a “[cocheira](#)” existente na estação ferroviária, criando as condições para que se torne num espaço cultural para pequenos concertos, espaço museológico e exposições.

7.2 Parque do Vale da Europa - Qtª do Jardim

Propomos a Integração neste local do projeto “**Parque Temático**” do arquitecto albicastrense José Manuel Castanheira, que inclui o “[Voo da Cegonha](#)”, Máquina Cenográfica da Peregrinação, apresentada na Expo'98, Lisboa, em 1998 e oferecida à sua cidade. Este projecto continua na gaveta, bem como a máquina cenográfica, nos estaleiros da autarquia.

7.3 Requalificação e manutenção urgente dos Parques Infantis do Município

7.4 Conclusão da Variante Sul (Sapateira – Feiteira)

Esta é uma infraestrutura rodoviária importante que desvia o tráfego da cidade e que não está concluída entre a Carapalha e a Feiteira

7.5 Antigo Colégio de S. Fiel - Louriçal do Campo (Programa REVIVE)

Com uma área de vários hectares de terrenos e uma área coberta significativa, esta é uma infraestrutura no nosso município, embora de propriedade estatal, que não podemos ignorar. Propomos a abertura de um debate público abrangente para a decisão relativa ao destino do antigo Colégio de S. Fiel, com a proposta desta lista para que seja convertido num Centro de Saúde holístico

7.6 Construção de uma Pousada no edifício da Colónia de Meia Altitude no Louriçal do Campo

O edifício continua a degradar-se por falta de intervenção. Propomos a sua recuperação para ser utilizado como pousada, com quartos e camaratas (diferentes preços/diferentes públicos) e centro de atividades na serra da gardunha (caminhadas, Trail, BTT, Parapente, orientação) com estágios de equipas desportivas ou espaço de lazer para todos.

7.7 Colónia de Férias Areia Branca - Lourinhã (Programa REVIVE)

Esta colónia foi construída na década de 1970 e encontra-se inativa desde 2009. Existe um concurso público para a sua recuperação, com o objetivo de a transformar num hotel.

Incluída no programa Revive, a reabilitação do edifício é estimada em 4 milhões €. Defendemos a salvaguarda da sua utilização futura a crianças, jovens e idosos dos concelhos integrantes da CIMBB

7.8 Ligação Rodoviária Internacional para Herrera de Alcântara

Apesar de estarmos a apenas 20 km em linha reta da fronteira com Espanha, a ausência de uma travessia rodoviária direta obriga-nos a percorrer pelo menos 75 km até Monfortinho para cruzar a fronteira.

Reabrir ou construir uma ligação curta, estratégica, entre a zona de Malpica do Tejo (Portugal) e Herrera de Alcântara (Espanha) — localidades historicamente conectadas, mas hoje separadas e impedidas de conviver por um bloqueio privado de um **caminho público secular**.

7.9 Mais e Melhores Praias Fluviais

Vivemos num município com verões longos, cada vez mais quentes, com temperaturas acima dos 40° devido ao aquecimento global. É incompreensível a falta de investimento na valorização dos nossos cursos de água e em zonas balneares de qualidade. Defendemos:

- Requalificação de forma integrada: melhorar os acessos, criar zonas de estacionamento e dotar os locais de infraestruturas essenciais como áreas para churrascos e piqueniques, casas de banho, pontos de água e outros equipamentos que tornem estes espaços verdadeiros pólos de lazer, convivência e cultura;
- Monitorização regular da qualidade da água dos nossos rios e ribeiras, e publicação transparente dos resultados;
- Reabilitação da praia fluvial da Taberna Seca com regularização dos caudais ecológicos do rio Ocreza;
- Valorização balnear da Barragem de Santa Águeda (Marateca);
- Valorização do rio Ponsul com nova praia fluvial;

ESTE É UM PROGRAMA POLÍTICO VIVO E DINÂMICO. ESTÁ DISPONÍVEL PARA SER EDITADO COM NOVAS PROPOSTAS QUE SURJAM DENTRO DA COMUNIDADE ALBICASTRENSE. SUGESTÕES FAVOR ENVIAR PARA:

geral@esquerdalivre.pt

Programa Politico

Esquerda Livre

UNIDOS
PELA **MUDANÇA** PARA **AGITAR**
CASTELO BRANCO!



Autárquicas 2025

geral@esquerdalivre.pt